



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001768-02.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - IPVA - Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores**
 Requerente: **Nantes-pallone Centro Automotivo**
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo"**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito com pedido de tutela antecipada e condenação por dano moral, ajuizada por **PALLONE CENTRO AUTOMOTIVO COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO LTDA** contra a **FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO**.

Dispensado o relatório.

Passo a fundamentar e decidir.

O processo pode ser julgado no estado em que se encontra, sobretudo porquanto desnecessária a produção de outras provas para convencimento judicial sobre a questão.

O pedido não merece acolhimento.

Inicialmente, cumpre salientar que a venda de automóvel é um ato formal, na medida em que, para a efetivação da transferência, há a necessidade de assinatura, com firma reconhecida, do Certificado de Registro de Veículo CRV.

Uma vez alienado o veículo, há a transferência de propriedade, com a consequente sub-rogação de direitos e deveres concernentes à própria relação de direito consubstanciada.

Assim, a cada sujeito que celebre a tradição de um bem móvel, cumpre satisfazer os respectivos encargos tributários, determinados em razão da detenção, eis que criada nova relação.

Para a Administração, enquanto não houver a comunicação prevista no artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro ou a expedição de novo certificado de registro, a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

titularidade da propriedade será de quem consta no registro antigo. Tal regra é uma formalidade administrativa para direcionar o IPVA, as multas e penalidades correspondentes sobre as infrações cometidas, pois, de outro modo, não teria como o DETRAN tomar ciência das inúmeras transferências de veículos realizadas diariamente.

Pois bem, no caso dos autos, a FESP direcionou a cobrança do IPTU ao proprietário em nome de quem estava registrado o veículo: ANTÔNIO ROBERTO GABAN. Contudo, na declaração feita pela própria autora, que na inicial alegou desconhecê-lo, foi por ela afirmado (fls. 139) que o veículo em questão entrou como pagamento feito pelo Sr. Antônio, de um veículo PEUGEOT, vendido a ele. Assim, houve a tradição do veículo de Antônio para a autora, em dezembro de 2000, o que também é demonstrado pelo documento de fls. 138. Ocorreu que o primitivo proprietário efetuou o bloqueio por falta de transferência somente em 05/02/2007, razão pela qual foi negado provimento ao seu recurso e ele foi considerado responsável pelo pagamento do IPVA, até a data da comunicação, sendo que, a partir do exercício de 2008 é que a autora passou a ser responsabilizada, não tendo ela efetuado a comunicação de venda feita a Luis Roberto Bugada, que teria financiado a compra do veículo, nem juntado aos autos o CRV, demonstrando que o veículo foi efetivamente transferido a Luis Roberto, com firma reconhecida do comprador.

Assim, é notório que a autora não comunicou ao Detran a alienação, como exige o artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro, existindo, apenas, a comunicação de gravame, feita pelo Banco.

Desta maneira, por não ter comprovado a alienação do veículo, cujo pagamento de IPVA lhe foi atribuído, até que haja a comunicação de venda ao Detran e, por não ter adotado todas as cautelas necessárias após a referida venda, que inclusive foi negada por ela na inicial, possui a responsabilidade solidária pelo pagamento dos tributos devidos.

É certo que o C. STJ tem mitigado a aplicação do artigo 134 do CTB, mas isso quando comprovada a efetiva transferência do bem, o que somente se dá com apresentação do CRV, o que não ocorreu.

Como não houve a necessária comunicação, não se pode responsabilizar o requerido por



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

danos morais, pois agiu dentro do permissivo legal.

Nesse sentido:

BEM MÓVEL. VENDA DE VEÍCULO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. FALTA DE OPORTUNA COMUNICAÇÃO AO DETRAN DA VENDA REALIZADA A TERCEIRO. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. IMPROCEDÊNCIA RECONHECIDA. RECURSO PROVIDO. Não é o caso de reparação por dano moral, pois não evidenciada a sua ocorrência, não se tratando de hipótese em que a sua identificação se apresenta in re ipsa (TJ-SP - APL: 10538520098260071 SP 0001053-85.2009.8.26.0071, Relator: Antonio Rigolin, Data de Julgamento: 07/02/2012, 31ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 07/02/2012, undefined)

Por fim, tem-se que há previsão legal que possibilita ao Governo do Estado de São Paulo realizar o protesto de Certidão de Dívida Ativa, sendo admitido pelo posicionamento mais recente do Colendo Superior Tribunal de Justiça. De fato, o artigo 25 da Lei nº 12.757, de 27 de dezembro de 2012, incluiu o parágrafo único ao artigo 1º da Lei nº 9.492/97, passando a prever expressamente o protesto de outros tipos de dívidas ou títulos, não necessariamente materializados em documento cambial, o que inclui a certidão de dívida ativa, vejamos:

“Art. 1º. Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.

Parágrafo único. Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.”

Note-se que referida norma ampliou o poder dos cartórios, que, anteriormente, somente podiam protestar títulos de natureza cambial, permitindo-se agora protestar títulos e outros documentos de dívida ativa.

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução do mérito e improcedente o pedido, revogando-se a tutela antecipada, cabendo à autora voltar-se contra quem efetuou a venda do bem, para que seja regularizada a transferência do veículo.

Após o trânsito em julgado, oficie-se ao Cartório de Protesto, para que proceda ao protesto do título objeto desta ação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante da sucumbência, condeno a autora a arcar com as custas judiciais, bem como com os honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da causa.

P I

São Carlos, 27 de junho de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**